ano 10 – n. 20 | julho/dezembro – 2021
Belo Horizonte | p. 1-284 | ISSN 2238-1511
R. bras. de Infraestrutura – RBINF

Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

RBINF

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Um conceito jurídico para a geração distribuída de energia elétrica no Brasil
Ghabriel Campigotto Soethe, Luiz Alberto Blanchet 11

1 Considerações preliminares 11
2 Introdução da geração distribuída no direito brasileiro 12
3 Os conceitos jurídicos 18
3.1 Pressupostos lógico-teóricos 18
3.2 Os conceitos jurídicos no direito brasileiro 21
4 Conceito jurídico para a geração distribuída no Brasil 24
4.1 Sentidos jurídicos para o vocábulo: estrito e amplo 28
5 Conclusão 34
Referências 35

Uma aproximação entre a capacidade institucional dos tribunais de contas e o regime de precedentes e súmulas do Código de Processo Civil
Jonas Faviero Trindade, Caroline Müller Bitencourt 41

1 Introdução 42
2 A corte especializada de contas: a capacidade institucional abstrata e a trama do direito 43
3 A relação dos tribunais de contas com o regime de padrões decisórios do CPC e um diálogo com a LINDB 48
4 Capacidade institucional concreta dos tribunais de contas na formação e aplicação de precedentes e súmulas 54
5 Conclusão 60
Referências 61

Entre a norma e a prática: uma visão do abastecimento de gás natural e eletricidade no Brasil
Alexandre Pasqualini, Alexandre Schubert Curvelo 65

1 Introdução 66
2 Triângulo equilátero: Petrobras-distribuidoras de gás-e-usinas termelétricas 67
3 Triângulo escaleno: cenário constitucional e infraconstitucional 69
4 Natureza jurídica do contrato de fornecimento de energia 76
5 Entre a realidade normativa e a realidade das práticas 80
5.1 Conflito entre monopólio e privilégio exclusivo 81
5.2 Conflito entre fornecimento de gás e lucro na venda de energia elétrica no curto prazo 86
6 Falta de transparência 90
7 Conclusões 94
Referências 96

O Estado regulatório – a busca brasileira pela eficiência do Estado
Fernando de Oliveira Pontes, Silvia Leticia Ferreira Mazzuca 101

1 Introdução 101
2 Evolução do Estado 102
3 Origem do Estado regulador 105
4 O Estado regulador brasileiro e sua evolução 106
5 Conclusão 109
Referências 111

Reflexões acerca da problemática das retenções/suspensões de pagamento de contraprestações públicas ao concessionário nas concessões administrativas
André Castro Carvalho, Murilo Ruiz Ferro 113

1 Colocações introdutórias 114
1.1 Entre o otimismo do passado e a insegurança natural do futuro: uma advertência de Adilson Abreu Dallari e o momento atual das PPPs no Brasil 114
1.2 Esclarecimentos preambulares para a melhor compreensão do presente ensaio 115
2 Distinções conceituais prévias 116
2.1 Sistemas *availability* e *revenue-based* 116
2.1.1 O sistema *availability* e as concessões administrativas 117
2.2 "Pagamento", "contraprestação" e "aporte" 117
2.2.1 Preocupação conceitual e segurança jurídica 119
3 Equívocos conceituais refletidos no manejo inadequado do instituto das concessões administrativas 121
4 Possibilidades normativas de retenção/suspensão de "pagamento de contraprestação pública" nas PPPs 122
5 Considerações à luz do chamado "poder geral de cautela" da administração pública 124
5.1 Um destaque para a dicotomia: "sujeição especial" e "sujeição geral" do particular perante a administração pública 125
6 Uma breve nota sobre a relação entre desequilíbrio econômico-financeiro e risco político 127
7 Caminhando para as conclusões gerais 129
7.1 Voltando à problemática das concessões administrativas 129
7.2 Efetividade e finanças públicas 131
7.3 Sanção política, moralidade administrativa e boa-fé contratual 131
Referências 134

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo de medicamentos à luz da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): a questão do preço
Guillermo Glassman 137

1 Breve introdução 137
2 O que são PDP? 139
3 Os preços dos medicamentos no âmbito das PDP 141
4 O que muda com a nova Lei de Licitações? 146
5 Conclusões 149
Referências 151

A função da boa-fé objetiva na tutela do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo
Luiz Eduardo Altenburg de Assis 155

1 Introdução 155
2 Apontamentos sobre a teoria geral dos contratos no direito privado 156
3 O contrato administrativo na teoria geral dos contratos 159
4 Aplicação dos princípios contratuais nos contratos administrativos 162
5 Boa-fé objetiva e equilíbrio econômico-financeiro 165
5.1 Configuração do equilíbrio econômico-financeiro no contrato administrativo 165
5.2 Tutela do equilíbrio econômico-financeiro a partir da boa-fé objetiva 168
6 Conclusão 172
Referências 173

A cultura normativa dos acordos no direito público
Evian Elias 177

1 Contextualização 177
2 Histórico normativo dos acordos e a ponderação na LINDB 181
3 Direito público e privado e a consensualidade na administração 186
4 A ponderação na consensualidade da administração 188
5 Algumas outras considerações 191
Referências 193

Uma análise breve da atuação da Anatel sob a perspectiva da regulação responsiva
Alexandre Almeida da Silva 195

1 Introdução 195
2 Regulação responsiva 198
3 Contexto normativo na Anatel 204
3.1 Lei das Agências 204
3.2 Resolução Anatel nº 717/2019 205
3.3 Consulta Pública nº 53/2018 207
3.4 Resolução nº 589/2012 (Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas – RASA) 209
3.5 Relatório Anual de Gestão da Anatel (2019) 211
4 Estratégia de comando e controle e a sua obsolescência na regulação atual 212
5 Conclusão 215
Referências 217

Os motivos que conduzem à rejeição da conta anual da Casa Municipal de Leis
Flavio Corrêa de Toledo Junior 219

1 Apresentação 219
2 Superação do limite oposto à despesa total das edilidades 220
3 Superação do limite oposto à folha de pagamento das câmaras municipais 221
4 A superação do limite de Lei de Responsabilidade Fiscal 224
5 Subsídios maiores que os limites constitucionais 225
6 O excesso de cargos em comissão 226
7 A proibição de aumentar o gasto laboral nos derradeiros 180 dias do mandato 227
8 Despesas impróprias 228
9 Controle interno inoperante 229

O princípio da adequação como gerador de obrigações contratuais e o princípio da transparência como mecanismo de avaliação da prestação do serviço público adequado e como ferramenta de fiscalização do usuário
Cristiane Pereira Correia Rêgo 231

Introdução 231
1 O princípio da adequação como gerador de obrigações contratuais 234
1.1 O inadimplemento contratual 239
2 Análise dos relatórios anuais da AGETRANSP 242
2.1 Algumas considerações sobre os modais Bonde de Santa Teresa e VLT-CARIOCA 246
3 O princípio da transparência como mecanismo de avaliação da prestação do serviço público adequado e como ferramenta de fiscalização do usuário 247
Conclusões 253
Referências 254

A plataforma licitatória com o *e-marketplace* na ótica da Lei Federal nº 14.133/2021
Daiana Líbia Oliveira Vieira 257

1 Introdução 257
2 Os princípios da transparência e competitividade 260
3 O princípio da celeridade no avanço tecnológico 262
4 Fomento à economia através da tecnologia 264
5 O portal de compras do governo federal 266
6 O sistema operacional, de acordo com o Decreto nº 10.024/2019, aplicando a inteligência artificial 268
7 A plataforma comercial e as inovações em outros países 270
8 Dispensa de licitação eletrônica: um passo à inovação 274
9 *E-marketplace* como sistema de compras do governo federal 275
10 Conclusões 279
Referências 281

Instruções para os autores 283